

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS: UMA PERSPECTIVA DE AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL

Thainara Cristinne Alves Neponuceno Silva¹

Laura Bianca Silva Passos²

Bárbara Jéssica da Silva³

Regiane Oliveira Rodrigues⁴

Vilmar Martins da Silva⁵

RESUMO

A presente pesquisa, têm como desafio refletir a respeito da execução da didática pelo contexto étnico-racial. Dessa forma, ressaltando a Lei 9.394/1996 alterada pela Lei 10.639/03, modificada pela Lei 11.645/08, na qual torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Sob esse viés, é importante evidenciar que a instituição escolar, tem sua contribuição significativa para promover a autoafirmação dos seus alunos enquanto identidade, valorizando seu contexto étnico-raciais a partir da formação de indivíduos conscientes e que reconheçam e valorizem a sua história, cultura, traços, legados marcados pelo contexto de lutas e conquistas, baseados em valores morais, sociais e éticos. Já que, por meio desses valores, esses indivíduos conseguirão construir sua identidade tendo como referência desde a infância, heróis, personagens e grandes representantes que marcaram e frisam o registro histórico do cenário nacional. Entretanto, algumas dessas instituições, acabam por não respeitar as diversidades presentes, uma vez que, não se evidencia a cultura e religião desse povo como algo benévolo, aliado a não exaltação da identidade dos mesmos, estigmatizados por sua estética e padrões pré-estabelecidos pela sociedade. Dispõe-se como objetivo, a análise das práticas pedagógicas, enquanto perspectiva da afirmação da identidade racial. Foi realizada a pesquisa bibliográfica, tendo como aporte teórico os autores: Bourdieu (1998), Silva (2005), Gomes (2011), dentre outros. Portanto percebemos, que urge a necessidade de se rever as práticas pedagógicas, visto que a peculiaridade desse povo não está sendo discutida, e tão pouco emergida na literatura.

Palavras-chave: Identidade étnico-racial, Instituição escolar, Prática pedagógica.

¹ Thainara Cristinne Alves Neponuceno Silva, Graduanda do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. thayneponuceno@outlook.com;

² Laura Bianca Silva Passos, Graduanda do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. laurapassos@gmail.com;

³ Bárbara Jéssica da Silva, Graduanda do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. barb.jessica.silva@gmail.com;

⁴ Regiane Oliveira Rodrigues, Professora Especialista da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. regvanejc@hotmail.com;

⁵ Vilmar Martins da Silva do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. villmartins@hotmail.com villmartins@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira no âmbito escolar é apresentada em um contexto histórico marcado por lutas sociais e preconceitos de caráter cultural. A cultura afrobrasileira tem buscado espaço tanto no meio da educação quanto na sociedade contemporânea. Nas escolas, os adolescentes e jovens se relacionam entre si, são de diferentes grupos de referência em função, entre outros aspectos, da cor, da sexualidade, da nacionalidade, do corpo, da classe socioeconômica. No espaço escolar essa interação com o diferente, quando não é problematizada e conscientizada, as dá por meio de relações interpessoais pautadas por conflitos, confrontos e violência.

Ao longo do processo histórico vários cenários de preconceito tomaram destaque na sociedade brasileira. De maneira análoga, esse contexto social é perpetuado de forma grandiosa. Dessa forma, é imprescindível ressaltar que o âmbito escolar na maioria das vezes acaba por propagar a exclusão dos negros, retratando de forma ínfima a representatividade dos mesmos.

A instituição escolar está associada a um espaço cultural e social, responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura, sobretudo a partir do século XVIII. Deveria, pois, ser um ambiente calmo, na medida em que propaga a igualdade entre os indivíduos que a frequentam. Contudo, os saberes e fazeres escolares são superiores, verticalizados e hierarquizados, “portanto, mesmo que os negros, mestiços, índios e pobres (meninos, meninas, idosos e idosas) nela estejam presentes, de fato estão ausentes, porque a racionalidade escolar os exclui por dentro. Os estudantes negros continuam sendo ultrajados por práticas racistas no ambiente escolar, que muitas vezes passam despercebidas, produzindo consequências na autoestima desses alunos, em suas subjetividades e nas representações que constroem sobre eles mesmos.

Construir educação para as relações étnico-raciais, na perspectiva contra o racismo, potencializa a construção de uma sociedade mais justa e democrática, na medida em que é possível transformar ideologias racistas que ainda absorvem a sociedade brasileira e suas instituições, a exemplo das instituições escolares. Isso não significa dizer que apenas a escola é responsável pela superação dos preconceitos e das discriminações raciais ou que as relações étnico-raciais devam ser discutidas somente na instituição educacional, como Gomes afirma:

Conhecer,

O etnocentrismo da branquitude, da democracia racial que ainda impregnam as salas de aula deve ser combatido para dar espaço a diversidade cultural e à interação entre culturas de uma forma recíproca, favorecendo o seu convívio e integração assente numa relação baseada no respeito pela diversidade existente no povo brasileiro e, para isso, os estudantes, ao longo de suas trajetórias escolares, precisam compreender que a sociedade brasileira é composta por outras culturas, e que essas culturas possuem suas diferenças que precisam ser compreendidas e conhecida. Nesse sentido, segundo Gomes (2006, p. 34), “conhecer, respeitar e lidar ética e pedagogicamente com essas diferentes experiências socioculturais pode ser um dos passos para a construção de uma pedagogia da diversidade”. Uma solução que o autor Cavalleiro aborda para as saudáveis relações étnico-raciais, é passar a ter uma educação antirracista que precise:

“[...] transformar o cotidiano escolar, fazendo, impreterivelmente, uma reflexão profunda sobre o que sentimos e como agimos diante da diversidade”.

Cavalleiro (2001, p. 155).

Em relação ao caráter de exclusão que recai sobre a população negra em nosso país, muitos preferem usar o argumento em torno de nosso passado escravocrata, como forma de justificar as diferenças de acesso aos bens sociais, culturais, das desigualdades e hierarquias produzidas entre negros e brancos. Esse tipo de explicação já não se sustenta, pois na medida em que corridos mais de 120 anos após abolição da escravatura tais diferenças continuam sendo reproduzidas e atualizadas, através do modo como o racismo opera em nossa sociedade. Logo, o que temos é um tipo de racismo estrutural, que se atualiza através de ferramentas e explanações, especialmente o do “mito da democracia racial”.

A escola tem sido palco de propagação desse mito, mesmo diante das pressões e denúncias feitas pelo Movimento Negro e estudiosos das relações raciais, desde a década de 70. O certo é que as pressões do Movimento Negro resultaram na aprovação da Lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana, ao longo de toda a Educação Básica, seja ela pública ou privada. Seguindo essa linha, compreender as formas de edificação das identidades é essencial.

A lei citada anteriormente veio para condecorar a história e a cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, aspirando a uma educação que forme cidadãos sem preconceitos raciais, respeitados em sua identidade e valorizados em suas alusões étnico-culturais e isso passa pelo acesso a outros regimes de conhecimento e valores civilizatórios que lhes foram legados, contudo, indeferidos tanto no cenário da sociedade como no da educação escolar. Após a validação desta lei, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução 1, de 17/03/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Esta política curricular é um progresso para o desenvolvimento da identidade dos estudantes negros e da luta contra o racismo que está saturado na mente do povo brasileiro.

A execução da Lei 10.639/03 e de suas particulares diretrizes curriculares nacionais vem somar às solicitações do movimento negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais que se mantêm em alerta em relação à luta pela progressão do racismo na sociedade, de modo geral, e na educação escolar, em específico.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa, possibilitando estudos acerca do objeto de pesquisa, vinculados a representatividade da cultura afro-brasileira no livro didático. Foram desenvolvidos estudos a partir de fontes de informações literárias: livros, artigos e aplicações de questionários com questões fechadas realizados com os professores da rede municipal de ensino. Dessa maneira, justifica-se esta pesquisa para que possa contribuir de forma ínfima com o desenvolvimento deste objeto de pesquisa e aprimorar as perspectivas a respeito deste.

A pesquisa foi realizada na escola U.E.I Maria Marques Fabrício, na modalidade ensino infantil, os sujeitos da pesquisa são os professores da respectiva modalidade de ensino, com o universo de 9 professores, equivalente a 97% por amostragem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa de campo desenvolvemos o trabalho com o corpo docente da U.E.I Maria Marques Fabrício, divididos entre professores da educação infantil e fundamental. Como instrumento de coleta de dados, utilizamos da observação e questionários, com questões fechadas, com intuito de obter um resultado sobre o grau de conhecimento dos professores,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

acerca da perspectiva de afirmação de identidade racial e a respeito das relações étnico-raciais.

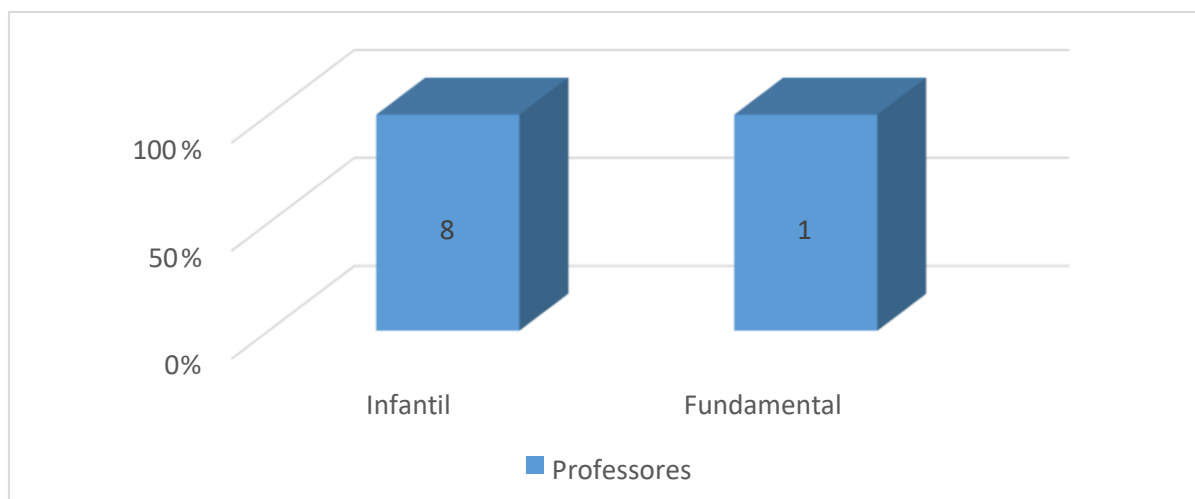


Gráfico 1: Professores presentes na instituição.

No gráfico acima está exposto como cada professor se classificou. 8 afirmaram ser professores da educação infantil e 1 do fundamental, totalizando assim 9 professoras do sexo feminino.

Acredita-se que, para fortalecer o relacionamento, a aceitação da diversidade étnica e o respeito, a escola deve:

- A- Promover o orgulho ao pertencimento racial de seus alunos.
- B- Procurar não dar atenção para as visões estereotipadas sobre o negro nos livros, nas produções e nos textos do material didático.
- C- Promover maior conhecimento sobre as heranças culturais brasileiras.

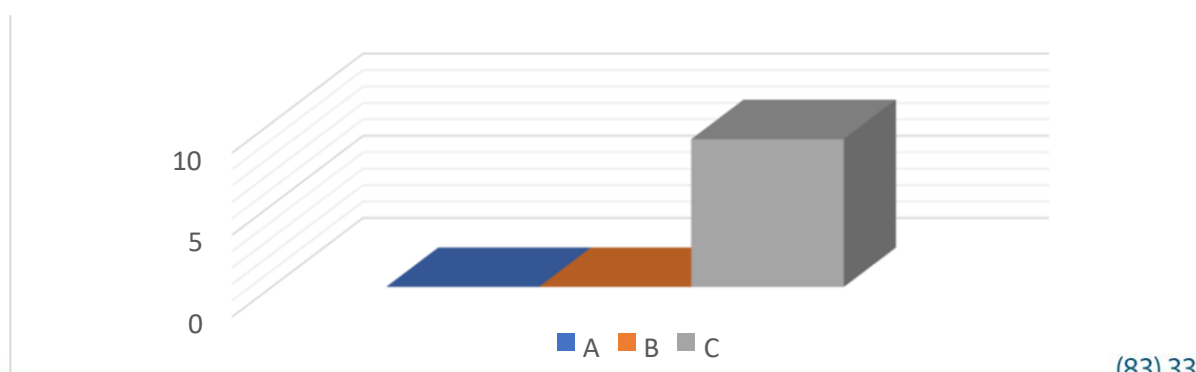


Gráfico 2: Questão de múltipla escolha que abordou a diversidade étnica.

No gráfico 2, todas as professoras optaram pela letra C, ou seja, 100% das entrevistadas. Tem como fundamento promover o maior conhecimento sobre as heranças culturais brasileiras. Podemos observar que a cultura étnico-racial não é ressaltada como deveria no âmbito escolar, onde deveria ter aceitação, igualdade e afirmação da sua identidade como ser social, pelo contrário, o que observamos é um preconceito bastante acentuado no nosso contexto de educacional. Então promover o maior conhecimento dessa cultura é benévola para todos, promovendo uma maior aceitação de sua raça e sua história.

Nesse sentido, a educação precisa prestar um bom serviço à comunidade, buscando atender as especificidades dos alunos que chegam à escola, cabendo à educação adequar-se às necessidades dos alunos e não o contrário e limitações da escola.

Você acredita que a construção da discriminação no livro didático está presente na sociedade brasileira?

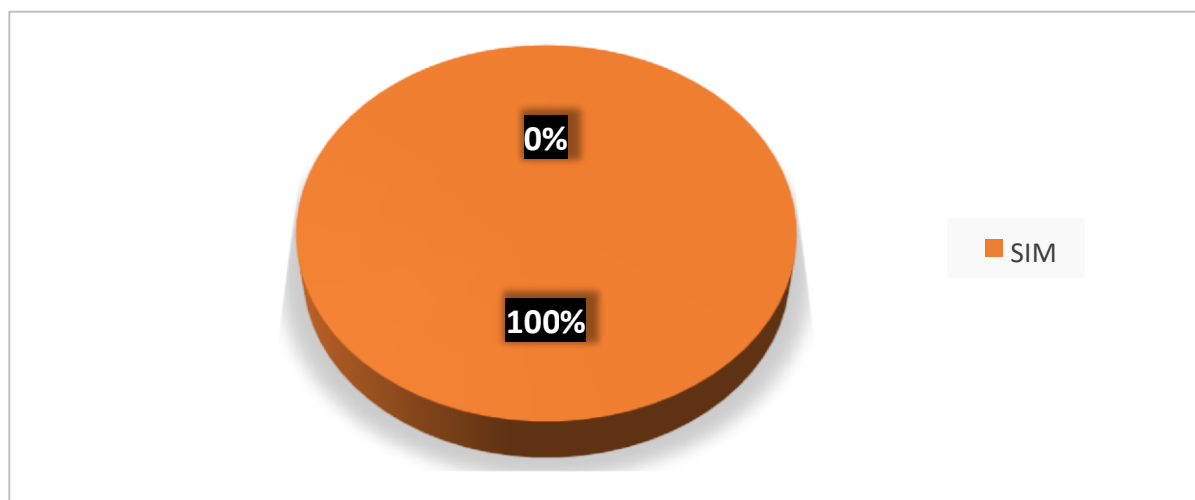


Gráfico 3: Afirmação sobre a construção da discriminação no livro didático está presente na sociedade brasileira.

Em relação aos dados expostos no gráfico acima, a discriminação racial está presente no cotidiano escolar e influencia negativamente no processo de ensino-aprendizagem e na vida pessoal do aluno, situação que exige da escola o desenvolvimento de ações e

intervenções que possam combater conflitos raciais e, ao mesmo tempo, promover a inclusão. Neste sentido, o presente trabalho objetiva analisar tal influência na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno e os desafios para suprimir as práticas excludentes em sala de aula.

Com base nisso, Silva (2005) ressaltou que no livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência.

É possível ressignificar uma pedagogia que contribuirá na construção da identidade da criança negra na educação infantil?

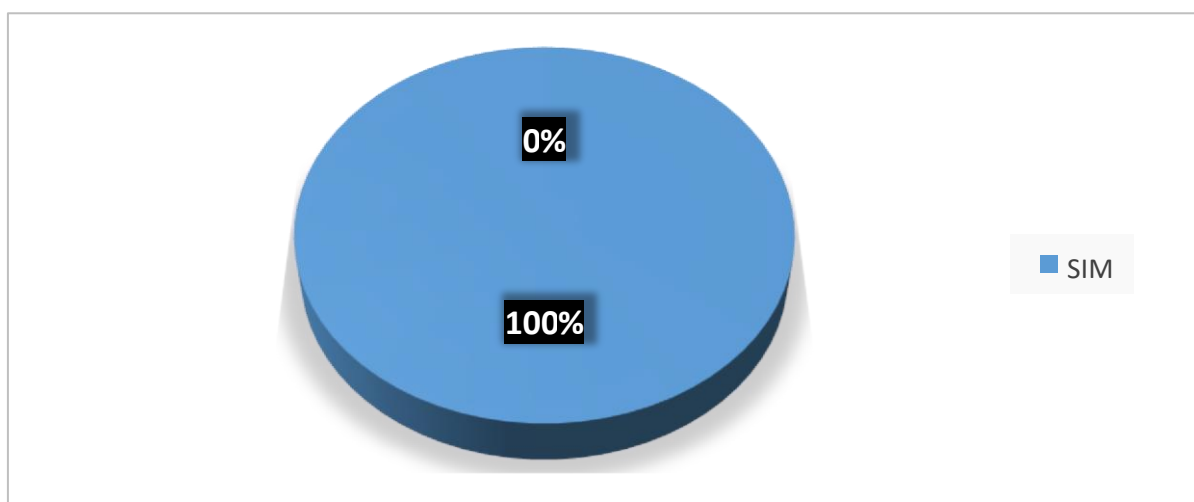


Gráfico 4: Sobre a ressignificação de uma pedagogia que contribuirá na construção da identidade da criança negra na educação infantil.

Os dados expostos no gráfico, nos propiciam a informação de que 100% dos profissionais indagados acreditam em uma nova estruturação da pedagogia no âmbito escolar. Dessa maneira, se acredita na possibilidade de acolher a cultura desse povo, promovendo uma isonomia social e uma ação afirmativa de mais alta relevância. Contudo, é imprescindível ressaltar a importância e a necessidade da recomendação de um novo cenário de formação docente, uma distinta prática pedagógica e conseqüentemente um novo perfil de educador.

O currículo:

- A) Baseia-se nas contribuições das culturas europeias representadas nos livros didáticos.

- B) Constrói-se baseado em metodologia que trata positivamente a diversidade racial, visualizando e estudando as verdadeiras contribuições de todos os povos.
- C) Procura apresentar aos alunos informações sobre os indígenas e negros brasileiros.

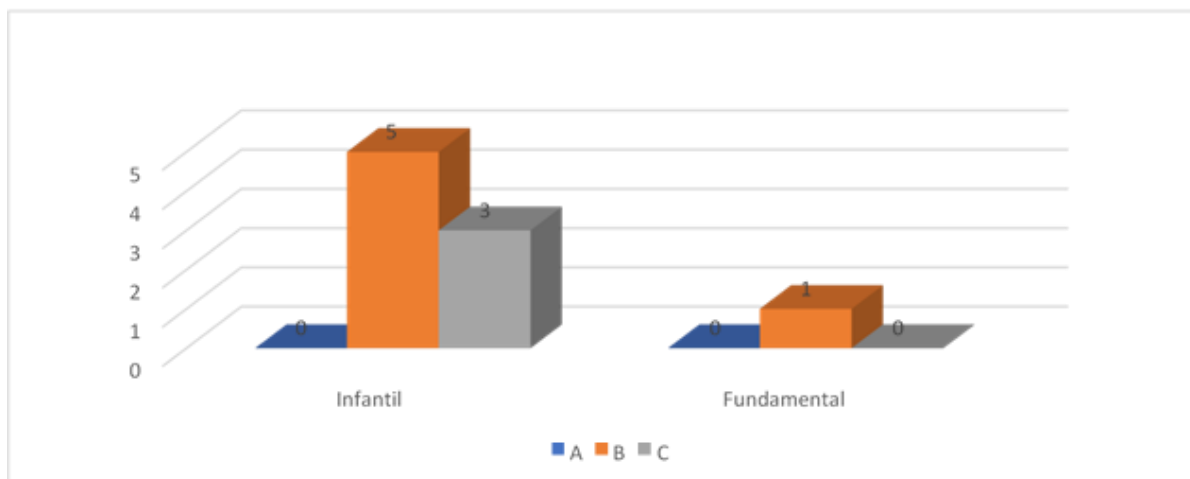


Gráfico 5: Questão de múltipla escolha que abordou o currículo voltado às questões étnico-raciais.

No gráfico 5, ao observar as professoras responderem a questão do currículo, elas veem muito a necessidade de trabalhar mais a diversidade cultural e racial na escola pois é pouco abordada, e assim os coordenadores junto com professores devem revê sua metodologia e criar estratégias mais eficazes sobre essa diversidade para o aluno obter mais capital cultural.

Bourdieu (1998) evidencia que se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, concluímos que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é de fato injusta, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios.

Você tem conhecimento da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio?

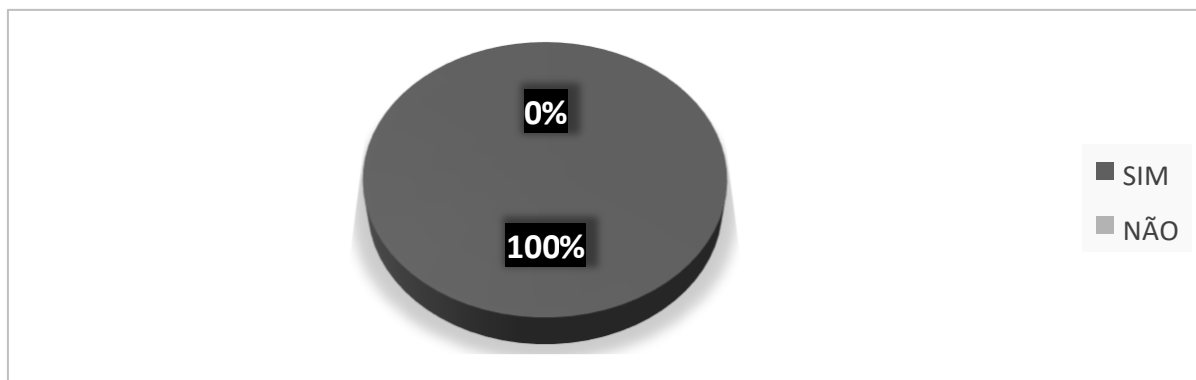


Gráfico 6: Acerca do conhecimento na Lei 10.639/03.

O gráfico acima mostra a compreensão das professoras em relação a lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Todas as professoras na sua totalidade optaram pela opção “sim”, que já tinham conhecimento sobre essa lei. Lei esta que é minimamente ressaltada nas instituições, sejam elas privadas ou públicas.

De acordo com o Ministério da Educação (2007), o Brasil é um país multiétnico e pluricultural, [...] em que todos os indivíduos se vejam incluídos e se sintam aceitos na sociedade, que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhe são adversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira descreve as circunstâncias em um conjunto de princípios que sem perceber, inferioriza os negros em todos os sentidos, tornando-se uma conduta mecânica, tal conduta regressa para as crianças sem que o vetor perceba, isto é, a criança aprimora um bloqueio sobre a sua capacidade e/ou aperfeiçoa devido a sua etnia, pois o contexto que vive de forma implícita/explicita transmite esse desabono para ela. Porém, por outro lado, as crianças negras se destacam em jogos de futebol, na dança, ou seja, a sociedade cria apenas essas possibilidades para as crianças e as que se diligenciam para ir além dessa realidade são consideradas exceções. Dessa forma, um tentame de conversão surge com a presença da Lei 10.693/03, porém apenas a lei em si, não é o suficiente para garantir o que contempla. Sendo assim, se faz necessário a implementação das diversidades no contexto escolar, sendo esse

espaço escolar composto por uma série de materiais pedagógicos que proporciona para os discentes experiências contextualizadas, ou seja, partindo da realidade da comunidade.

Percebe-se a partir da análise dos livros didáticos pesquisados, a presença de negros na maioria deles, de forma aviltante, porém outros dignificante. Sendo assim, compreende-se que o docente deve estar altamente qualificado para desenvolver esse recurso da forma mais vantajosa em sala de aula, considerando os conteúdos previstos nos livros didáticos, porém, revelar as circunstâncias na realidade e/ou diversidade de seu espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis, VOZES, 1998.

BRASIL. **Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

BRASIL. **Lei no 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm, acesso em 10 de
julho de 2009.

BRASIL. **Lei no 11.645 de 10 de março de 2008**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Marcos Legais da Educação Nacional**. Brasília, 2007.

CAVALLEIRO, E. Educação Anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, E. (Org.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: SELO NEGRO, 2001.

GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. e. O Desafio da Diversidade. In: GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. (Orgs). **Experiências étnicos – culturais para formação de professores**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

SILVA, A. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático, p. 14, 2001.